Banco de Portugal

Carta Circular nº 8/2002/DSB, de 23-01-2002

ASSUNTO: Requisitos de fundos próprios relativos a operações de titularização.

Algumas instituições financeiras têm exposto dúvidas ao Banco de Portugal sobre o enquadramento prudencial dos títulos com maior grau de subordinação, emitidos no âmbito de operações de titularização, detidos por entidades que, embora pertencentes ao grupo da instituição originariamente cedente dos activos, não se encontram sujeitas às disposições do Aviso nº 10/2001, de 6 de Novembro.

Nestas circunstâncias, o Banco de Portugal esclarece que, para efeitos do mencionado Aviso, nas situações descritas no parágrafo anterior, a instituição cedente dos activos deve aplicar as regras nele estabelecidas como se os títulos integrassem o seu património.

Assim, deve a instituição cedente dos activos calcular requisitos de fundos próprios, em base individual, pelo valor a que estaria sujeita caso detivesse os mencionados títulos, de acordo com as regras estabelecidas no nº 8 da parte I do Anexo ao Aviso nº 1/93, com a redacção introduzida pelo Aviso nº 10/2001, e, ainda, os requisitos adicionais exigidos no regime transitório estabelecido no ponto 1 do nº 9.º deste último Aviso.

Enviada a:

Agências de Câmbio, Bancos, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos, Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas Económicas, Sociedades Administradoras de Compras em Grupo, Sociedades Corretoras, Sociedades de Capital de Risco, Sociedades de Desenvolvimento Regional, Sociedades de Factoring, Sociedades de Garantia Mútua, Sociedades de Investimento, Sociedades de Locação Financeira, Sociedades de Titularização de Créditos, Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartões de Crédito, Sociedades Financeiras de Corretagem, Sociedades Financeiras para Aquisições a Crédito, Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Participações Sociais e Sociedades Gestoras de Patrimónios.